

**INSTITUTO ENSINAR BRASIL
CENTRO UNIVESITÁRIO DOCTUM DE TEÓFILO OTONI**

O PAPEL DA CLÍNICA ESCOLA NA FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO

**TEÓFILO OTONI
2019**

**GLAUCIELLE BORGES RODRIGUES
MARIA DE FÁTIMA MARTINS CONTÃO**

CENTRO UNIVESITÁRIO DOCTUM DE TEÓFILO OTONI

O PAPEL DA CLÍNICA ESCOLA NA FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Psicologia do
Centro Universitário Doctum de Teófilo
Otoni, como requisito parcial para a
obtenção do grau de bacharel em
Psicologia**

**Orientador Prof. Me Wallasce Almeida
Neves**

TEÓFILO OTONI

2019



CENTRO UNIVESITÁRIO DOCTUM DE TEÓFILO OTONI

FOLHA DE APROVAÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso intitulado O PAPEL DA CLÍNICA ESCOLA NA FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO, elaborado pelas alunas GLAUCIELLE BORGES RODRIGUES e MARIA DE FÁTIMA MARTINS CONTÃO, foi aprovado por todos os membros da banca examinadora e aceita pelo curso de PSICOLOGIA do Centro Universitário Doctum de Teófilo Otoni como requisito parcial para a obtenção do título de

BACHAREL EM PSICOLOGIA

Teófilo Otoni, 05 de Julho de 2019

Prof. Orientador

Examinador

Examinador

*Dedicamos este trabalho aos que acredita que
ainda há esperança, que o conhecimento é o
caminho contra o caos e fazem da vida um
caminho mais leve.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradecemos a Deus que permitiu que isso acontecesse, e por ter nos dado forças durante a nossa caminhada. A Ele, que nos manteve de pé mesmo quando por nossas forças não podíamos, toda honra, glória e louvor.

De modo especial aos nossos pais Nivaldecy, Cleusa, Ângela Maria (*em memória*), José e Anésia, que durante a nossa criação e até hoje não mediram esforços para nos ver chegar até aqui.

Ao meu esposo Atos e filhos Wallison e Athos por compreenderem minha ausência e me apoiarem.

Aos nossos irmãos que sempre torceram pelo nosso sucesso e nos apoiaram mesmo que geograficamente distante.

Aos nossos amigos, em especial ao Bonde que foi como ombro de apoio nos momentos de desespero, à Vanessa e Ketlin Luana por todo o incentivo dado nessa caminhada e orações desprendidas em nosso favor.

Aos nossos familiares, que de forma direta ou indireta estiveram nos apoiando durante nossa trajetória.

Ao nosso orientador Wallasce por toda a ajuda e conhecimento doado, por toda a paciência em nos ensinar e por esperar de nós o nosso melhor. As palavras seriam poucas para expressar nossa gratidão.

Aos nossos professores que durante a graduação nos ensinaram a profissão de modo ético e genuíno, cremos que deram seu melhor para sermos melhores.

Por fim e não menos importante agradecemos a nós por termos sido, uma para outra, ombro amigo e fonte de motivação. Por não termos desistido mesmo nos momentos mais difíceis.

*“Que darei eu ao Senhor, por todos os
benefícios que me tem feito?”*

Salmos 116:12

RESUMO

Os serviços da clinica-escolas de Psicologia surgiu quase que simultâneo ao curso, tendo como finalidade atender à necessidade da formação dos futuros profissionais de Psicologia, através da prática profissional e do exercício das técnicas psicológicas aprendidas em sala de aula a clinica escola também desempenha um papel social importante visto que possibilitam atendimento psicológico à população carente. O presente estudo objetivou descrever publicações científicas acerca das práticas desses serviços, de modo a expor a importância desta ferramenta na formação do psicólogo. Através de uma metodologia descritiva bibliográfica deu-se ênfase às práticas, dinâmicas e perfil dos usuários, assim como à descrição da clientela e demandas.

Palavras-chave: Estagio Supervisionado. Supervisão de Estágio. Clínica-Escola. Graduação Psicologia.

ABSTRACT

The services of the clinic-schools of Psychopathy almost at the same time, attended the faculty to prepare for the training of future professionals of Psychology, through the professional practice and training of psychological techniques learned in the classroom in the clinic-school also paper social importance since they provide psychological assistance to the needy population. The present study aimed to make a manual of scientific instructions on the facilities of these services, in order to expose an interest of this form in the formation of the psychologist. Through a descriptive bibliographical methodology, emphasis was placed on the practices, dynamics and profile of the users, as well as the description of the clientele and the demands.

Keywords: Supervised internship. Supervision of Internship. Clinic-School. Graduation Psychology.

ABREVIATURAS E SIGLAS

CE – Clínica Escola

CFP – Conselho Federal de Psicologia.

IES – Instituição de Ensino Superior

PPC – Projeto Pedagógico de Curso

OMS – Organização Mundial de Saúde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
2 REFERENCIAL TEÓRICO	21
2.1 Clínica Escola	21
2.2 Estágio Supervisionado	23
2.3 Supervisão de Estágio	25
2.4 Atividades realizadas pelo estagiário	28
2.5 Perfil dos Usuários	30
2.5.1 Pesquisas descritivas	30
2.5.2 Atendimento infantil na clínica escola	37
3 METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS TÉCNICOS DA PESQUISA	43
3.1 Classificação da pesquisa	43
3.2 Procedimentos de coleta de dados	43
3.3 Formas de análise e interpretação	44
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	45
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS	53

INTRODUÇÃO

O ingresso no ambiente clínico é um momento muito importante e desafiador ao estudante de psicologia, uma vez que é o momento de colocar em prática o conteúdo aprendido no decorrer do curso.

Essa prática costumeiramente inicia-se nas Clínicas Escola (CE). A mesma vem exatamente com a função de propiciar esse primeiro contato com o ambiente clínico. Os serviços da CE foram oferecidos quase que simultâneo à criação do curso de psicologia no país. Visto isso, no decorrer deste trabalho falar-se-á destas questões, serão abordadas as dificuldades e as experiências vividas neste ambiente, assim como também da importância do supervisor de estágio e das supervisões recorrentes. Como adendo a essa experiência a pesquisa busca uma descrição e caracterização da clientela usuária dos serviços da CE.

O estágio curricular é parte obrigatória da formação do aluno. Assim como os demais componentes da formação, este pode causar desconfortos e inseguranças. Frente a isso se observa a necessidade do acompanhamento do aluno estagiário por um profissional supervisor qualificado. Contudo, a própria supervisão pode ser um ambiente desconfortável ao aluno, uma das justificativas para isso pode ser a não identificação com a linha teórica seguida pelo supervisor ou até mesmo pela não afinidade com o supervisor.

Todos esses fatores podem se tornar estressores ao aluno e assim desencadear o desenvolvimento de transtornos como ansiedade e depressão, entre outras comorbidades.

Assim verificar a experiência do aluno frente ao estágio e frente à experiência com a clínica escola e a supervisão traz uma elucidação do processo vivenciado na graduação e possibilita a tomada de novos caminhos e técnicas na formação do aluno graduando de psicologia. Essa experiência é no decorrer deste trabalho analisada mediante as teses e artigos que abordam essa temática de modo a elucidar as questões acima citadas.

Esta pesquisa tem característica bibliográfica, tendo as informações descritas na revisão de literatura sido dividida em três partes, sendo elas: a) nessa primeira parte são abordadas as questões referentes à obrigatoriedade da CE, do estágio supervisionado e as atividades realizadas pelo estagiário durante o estágio na CE; b) na segunda parte é tratado sobre o perfil dos usuários dos serviços de CEs; c) por

fim, na terceira parte, são trazidas informações acerca do público de maior prevalência no uso do serviço.

Assuntos como o surgimento da clínica-escola, estágio supervisionado, supervisão de estágio, atividades realizadas pelo estagiário e o perfil dos usuários do serviço, serão, no decorrer deste trabalho associados e vinculados de modo a estabelecer uma relação de causalidade junto à formação do psicólogo. O surgimento do curso de psicologia, que ocorreu em 1958 sendo oferecido pela USP-SP, também é trabalhado de modo a elucidar questões estruturais do estágio.

2 REFERENCIAL TEORICO

O ingresso no ambiente clínico é por deveras muito desafiador ao estudante de psicologia, uma vez que é o momento de colocar em pratica o conteúdo aprendido no decorrer do curso. As Clínicas Escola (CE) vêm exatamente com a função de propiciar esse primeiro contato com o ambiente clínico específico. Torna-se crucial assim, ressaltar a importância do estágio clínico (feito na CE), do supervisor de estágio e das supervisões decorrentes.

Para tanto se faz necessário, a priori, explanar os tópicos que foco deste trabalho, sendo estes a Clínica Escola, o estágio supervisionado, a supervisão de estágio, as atividades realizadas pelo estagiário e a descrição do público atendido.

2.1 Clínica Escola

A CE é uma extensão do ambiente acadêmico que visa além da iniciação a pratica “profissional” do estudante de psicologia, também o atendimento gratuito da população que a circunda, formação de uma conjunção perfeita entre o serviço e o seu destinatário. É nesse espaço que o estudante de psicologia colocará em pratica o conteúdo e as técnicas aprendidas no decorrer do curso.

Segundo o Conselho Nacional de Educação, 2002:

O projeto de curso deve prever a instalação de um Serviço de Psicologia com as funções de responder às exigências para a formação do psicólogo, congruentes com as competências que o curso visa a desenvolver e a demandas de atendimento psicológico da comunidade na qual está inserido articulando-se com outros serviços existentes internos e externos à Instituição, favorecendo o desenvolvimento de uma visão integrada e multiprofissional do atendimento prestado à comunidade. (PARECER Nº: CNE/CES 072/2002)

Os serviços da CE foram oferecidos quase que simultâneo à criação do curso de psicologia. Segundo PERES, SANTOS E COELHO (2003) esse serviço vem com uma dupla função, primeiro para atender as necessidades acadêmicas e praticas do estudante; segundo, o de desempenhar papel social importante, haja vista a carência da população e a sua dificuldade em prover os custos de um serviço de atendimento psicológico.

Segundo Rubiano (2005) o surgimento da CE está vinculado ao surgimento do próprio curso de psicologia, como citado acima. O primeiro curso de psicologia

surgiu em 1958, sendo oferecido pela USP-SP, o mesmo funcionava na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Contudo a regulamentação do curso só veio a confirmar-se em 27 de agosto de 1962 pela lei nº 4.119. Neste ano, 1962, foi instituída a profissão de psicólogo, onde juntamente instituíram os serviços da CE.

O serviço de apoio deve ser prestado em um ambiente adequado para a execução da prática “profissional” do aluno estagiário contendo os requisitos básicos estruturais para a execução da prática profissional. Isso vai desde um ambiente limpo e salubre, com luminosidade adequada, privacidade e espaço suficiente, boa acomodação para acompanhantes; um serviço adequado à promoção de valores individuais e sociais que possam promover os processos interativos, diagnósticos e terapêuticos imprescindíveis entre estagiário e paciente e que cultive os valores éticos da prática profissional prescritos no código de ética da profissão.

Quanto aos padrões de estrutura física para a CE, Herzberg comenta que:

Estão sendo denominadas clínicas-escola, as clínicas psicológicas que oferecem primordialmente serviços de psicodiagnóstico e psicoterapia individual (grupal também) à população em geral (...) São clínicas-escola pois é nela que o estudante de psicologia faz grande parte de sua formação clínica, ou seja, a maior parte do grupo de profissionais que nelas trabalham é constituída por alunos, geralmente dos últimos anos da graduação em psicologia. (Herzberg, 1996, p.148)

Na Lei nº 4119/62, em seu artigo 16, dispõe que:

As faculdades que mantiverem curso de Psicólogo deverão organizar serviços clínicos e de aplicação à educação e ao trabalho, orientados e dirigidos pelo Conselho de professores do curso – abertos ao público, gratuitos ou remunerados. (LEI Nº 4.119, DE 27 DE AGOSTO DE 1962).

Sendo uma prerrogativa ao curso de psicologia, o oferecimento de um serviço ao público de forma a reafirmar o papel social da psicologia como uma disciplina de atendimento das demandas de saúde mental, tanto individual como de grupos. A CE pode ser vista como uma das raízes que nutrem o curso de psicologia.

Toda CE onde se exerça atendimento psicológico de fins pedagógicos deve estar vinculada ao Conselho Federal de Psicologia (CFP), assim como ter um profissional psicólogo responsável pelas dependências e serviços.

Assim, como também, caso o profissional responsável se afaste de suas responsabilidades junto à CE, o CFP deve ser informado. Acerca disso afirma o CFP no trecho a seguir da Carta de Serviços Sobre Estágios e Serviços-Escola (p.11):

4.4 Resolução que institui a Consolidação das Resoluções do Conselho Federal de Psicologia (Resolução CFP nº 3/2007)

Ao manter um serviço-escola que preste serviços à comunidade em dependências próprias, a IES deverá registrá-lo no Conselho Regional de Psicologia de sua região e manter uma (um) responsável técnica (o). (Conselho Federal de Psicologia, 2013).

2.2 Estágio Supervisionado

Conforme Oliveira (1999), desde 1963 o estágio supervisionado para o curso de psicologia é disciplina obrigatória no Brasil, regulamentado pela resolução do Conselho Federal de Educação. Abaixo citado o referido acima:

Art. 2º Considera-se estágio curricular, para os efeitos deste Decreto, as atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, proporcionadas ao estudante pela participação em situações reais de vida e trabalho de seu meio, sendo realizada na comunidade em geral ou junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, sob responsabilidade e coordenação da instituição de ensino. (Decreto nº 87.497, de 18 de agosto de 1982)

Uma das definições de estágio ou estágio em clínica mais elucidativas encontradas na pesquisa bibliográfica foi; "o conjunto de atividades supervisionadas, de cunho profissionalizante, que legalmente o aluno deve cumprir para complementar seu currículo acadêmico". (Witter, et al, 1992, p. 182).

Para corroborar a definição acima citada, na Carta de Serviços Sobre Estágios e Serviços-Escola disponibilizada no site do CFP consta a seguinte definição de estágio:

O estágio em Psicologia é um conjunto de atividades supervisionadas realizadas em situações reais de vida e de trabalho, por um estudante regularmente matriculado em curso de graduação nessa área. Tem por objetivo desenvolver a aprendizagem profissional e sociocultural da (o) estudante, sob a responsabilidade e coordenação da instituição de ensino. Por ser interface entre atividades acadêmica e profissional, o estágio oferece a possibilidade de problematizar a realidade, sendo espaço privilegiado para o exercício profissional supervisionado, para a intervenção em novos campos de atuação, bem como para o levantamento de questões de pesquisa. Diante da constante ampliação das modalidades e contextos de atuação da (o) psicóloga (o), os estágios são importantes instrumentos pedagógicos de desenvolvimento profissional, social e da própria Psicologia. (Conselho Federal de Psicologia, 2013).

O trecho acima citado além de corroborar com a definição dada por Witter, et al, complementa dizendo da importância desta etapa na formação acadêmica do psicólogo, caracterizando o estágio como um instrumento pedagógico de desenvolvimento profissional.

No Parágrafo 3º da Consolidação das Resoluções do Conselho Federal de Psicologia (Nº 004/86), Título IV (do Exercício Profissional) do CFP consta a informação abaixo citada que diz respeito à caracterização do estagiário:

Parágrafo 3º - Para os efeitos dispostos neste artigo, considera-se estagiário o estudante do ciclo profissional, de curso oficialmente reconhecido de graduação de psicólogo, regularmente matriculado, cursando disciplinas profissionalizantes que envolvam atividades práticas e que atendam à legislação sobre o estágio curricular ou extracurricular. (Conselho Federal de Psicologia, 1995).

O CFP na Carta de Serviços Sobre Estágios e Serviços-Escola também dá diretrizes e orientações acerca da produção de relatórios decorrentes do atendimento executado pelo estagiário, devendo este estar dentro das normas de documentos oficiais dos profissionais já formados, abaixo o referido:

4.2 Registro documental (Resolução CFP nº 1/2009)

O Conselho Federal de Psicologia tornou obrigatório, por meio da Resolução CFP nº 1/2009, o registro documental decorrente de prestação de serviços psicológicos. Esta resolução também se aplica quando os serviços são realizados em situações de estágios. (Conselho Federal de Psicologia, 2013).

Completa ainda, dizendo dos padrões a serem seguidos referindo-se aos tipos de documento emitidos decorrente de um atendimento psicológico. Salienta que os documentos, mesmo em casos de atendimentos feito por estagiários, devem seguir o padrão uma vez que se configura como o exercer da profissão de psicólogo, “Todo e qualquer documento produzido em decorrência da prestação de serviços psicológicos deve atender à Resolução CFP nº 007/2003, inclusive quando esses serviços são prestados no período de estágio.” (Conselho Federal de Psicologia, 2013).

O estágio é dividido em dois níveis, sendo a Instituição de Ensino Superior (IES) obrigada a oferecer esses níveis, sendo eles o Básico e o Específico.

São definidos como tais no projeto pedagógico do curso, que estabelece sua organização e seu funcionamento, de forma a serem também compatíveis com o projeto pedagógico institucional. Sua carga horária obedece às determinações das diretrizes curriculares nacionais e são requisitos para aprovação e integralização do curso. Os serviços prestados por meio das atividades de estágio deverão atender às demandas dos contextos e cenários nos quais as atividades estão inseridas. As Diretrizes Curriculares Nacionais orientam que essas atividades devem ser organizadas de forma a permitir a inserção da (o) estudante em diferentes contextos institucionais e sociais, articulada com profissionais de áreas afins. As Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecem, também, que os estágios obrigatórios dos cursos de Psicologia devem se estruturar em dois níveis, a saber, o básico e o específico, cada um com sua carga horária própria. (Conselho Federal de Psicologia, 2013)

O estágio básico é definido como o exercício de uma prática comum a todos os cursos independente da ênfase de cada IES, ou seja, o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) deve oferecer o nível básico de forma que cada graduando de psicologia desenvolva as habilidades básicas da profissão.

Visa ao desenvolvimento de práticas integrativas das competências e habilidades previstas no núcleo comum de formação. O núcleo comum, que estabelece uma base homogênea para a formação no país, engloba a capacitação básica para lidar com os conteúdos da Psicologia, enquanto campo de conhecimento e de atuação. Nessa medida, e uma vez que as atividades dos estágios supervisionados devem ser distribuídas ao longo do curso, as competências a serem desenvolvidas nos estágios básicos caminham de baixa para alta complexidade, acompanhando o processo de formação. (Conselho Federal de Psicologia, 2013).

Já o estágio específico, deve seguir o PPC, ou seja, a ênfase em abordagens e ou modalidades técnicas que estejam dentro dos critérios aprovados para o exercício da profissão. Visto que a ênfase dada pela IES é uma forma de apresentar mais intimamente uma ou algumas das vertentes da psicologia.

Inclui o desenvolvimento de práticas integrativas dos conhecimentos, habilidades e competências ligadas a cada uma das ênfases curriculares propostas pelo curso. Ênfases curriculares são conjuntos delimitados e articulados de competências e habilidades ligadas a algum domínio da Psicologia, dentre aquelas que integram as competências gerais da (o) psicóloga (o), nos quais o curso propõe uma concentração de estudos e práticas. (Conselho Federal de Psicologia, 2013).

Segundo Barbosa, Laurenti e Silva (2013) “O estágio se apresenta como um rito de passagem rumo à identidade profissional de psicoterapeuta porque impõe os desafios de responder adequadamente às situações clínicas.” (p.50). Diz ainda que: “o estágio configura um contexto de uma multiplicidade de cognições e afetos que, fazem dele um dos momentos mais ricos e desafiantes do percurso do aluno de psicologia” (p.32).

Para Aguirre et al (2000) “o futuro psicólogo encontra-se num complexo rito de passagem, às voltas com uma sobreposição de papéis na medida em que é ao mesmo tempo aluno frente ao seu supervisor e profissional frente ao seu cliente.” (p.59).

2.3 Supervisão de Estágio

A prática do estágio, seja o curricular ou extracurricular, exige que se tenha um profissional psicólogo que orientará e supervisionará a prática do estagiário.

Segundo Costa Jr. e Holanda (1996) “Esclarece-se que o exercício profissional é função do psicólogo, isto é, é prerrogativa deste, conforme a Lei N°4.119/62 e o Decreto N° 53.464/64.”.

Na cartilha dantes citada, que dá direcionamento ao estagiário também diz das supervisões, esta diz “O projeto pedagógico do curso deverá garantir tempo suficiente para supervisão de todas (os) as (os) estagiárias (os).” (Conselho Federal de Psicologia, 2013).

Na Consolidação das Resoluções do Conselho Federal de Psicologia (N° 003/2007), Título IV (do Exercício Profissional), pode-se observar o seguinte:

§ 3º - O psicólogo responsável obriga-se a verificar pessoalmente a capacitação técnica de seu estagiário, supervisionando-o e sendo responsável direto pela aplicação adequada dos métodos e técnicas psicológicas e pelo respeito à ética profissional. (Conselho Federal de Psicologia, 2007).

Assim percebe-se a importância do profissional da área para supervisionar o aluno, uma vez que as práticas exercidas pelo aluno recaem sobre os “ombros” do seu supervisor. Segundo Bitondi e Setem (2007), é na supervisão que se dá o processo de ensino e aprendizagem que representaria a aquisição das habilidades terapêuticas, visto que a mesma tem como objetivo central produzir mudanças no comportamento do aluno, de modo a facilitar o fazer da prática psicológica.

Ao supervisor também é atribuído a função de visitar o campo de atuação do estagiário de forma a garantir um ambiente adequado assim como também dar orientações e estar acessível ao estagiário antes mesmo do início do estágio na CE. Isso é afirmado pelo CFP.

A comunicação entre orientadora (or) e supervisora (or) deve ser garantida, antes mesmo do início do estágio. A (O) orientadora (or) deve visitar o campo de estágio, de forma a conhecer suas condições. É importante que o curso e a parte concedente garantam que a formação e a experiência profissional de orientadoras (es) e supervisoras (es) sejam compatíveis com as atividades desenvolvidas no estágio. (Conselho Federal de Psicologia, 2013)

Há também um padrão a ser seguido, normas para o profissional que ocupa o cargo de supervisor ou orientador de estágio, sendo essas prerrogativas indispensáveis visto o grau de seriedade da prática do estagiário. Abaixo orientações do CFP ao cargo de supervisor e ou orientado de estágio:

No estágio obrigatório, a (o) orientadora (or) da IES deve ser psicóloga (o) com registro ativo no CRP de sua região. É desejável que a (o) supervisora (or) da parte concedente, nestes casos, também seja psicóloga (o). No entanto, nos estágios obrigatórios, as (os) estudantes poderão fazer parte de equipes coordenadas por supervisoras (es) de diferentes profissões, ou poderão realizar as atividades de estágio em áreas emergentes ou em contextos em que não esteja presente uma (um) psicóloga (o), desde que haja uma (um) supervisora (or) responsável, da parte concedente. (Conselho Federal de Psicologia, 2013)

Segundo Monteiro (2003), de modo “superficial” pode-se dizer que o processo de supervisão do atendimento terapêutico ocorre por meio de relatos da sessão terapêutica feitos pelo aluno supervisionado, ao supervisor cabe ouvir o relato do aluno estagiário sobre os acontecimentos da sessão terapêutica, analisar o comportamento do aluno, dando a ele orientações devidas.

Segundo Roth e Pilling (2008), o supervisor deve ajudar o estagiário na prática das habilidades, ajudando-o a aumentar as suas próprias competências. A supervisão deve ser capaz de propiciar aprendizagem, dado que a supervisão é um processo educativo, deve-se trabalhar sobre os princípios éticos e código de conduta profissional, ajudando ao estagiário a trabalhar com as diferenças, ou seja, trabalhar a aceitação incondicional, segundo Rogers, do outro independente de variações culturais e demográficas, isso ainda segundo Roth e Pilling (2008).

Freitas e Noronha (2007) salientam que não é apenas responsabilidade dos supervisores a preparação do aluno, mas essa responsabilidade é dividida entre todo o corpo docente e sua atuação durante o curso, além da dedicação do próprio aluno na aquisição de suas habilidades.

Há também diferenças entre as supervisões dos estágios básicos e dos estágios específicos. Para os estágios de nível básico o CFP diz na cartilha supracitada da supervisão:

Para os estágios básicos que incluem atividades de menor complexidade, como observações e visitas técnicas, orientamos que as supervisões grupais sejam ministradas para até dez alunas (os) pelo tempo mínimo de duas horas-aula semanais. Para os que incluem atividades de maior complexidade, como coordenar e manejar processos grupais, atuar inter e multiprofissionalmente, realizar psicoterapia, entre outros, recomendamos que as supervisões grupais sejam ministradas para até dez alunos pelo tempo mínimo de quatro horas-aula semanais. Nesse caso, também se indica como adequado o número de seis estagiárias (os) por grupo para quatro horas-aula de supervisão semanal. (Conselho Federal de Psicologia, 2013).

Já para os estágios específicos o CFP salienta:

Dada a complexidade dos estágios específicos, nas supervisões grupais, o grupo deve ser composto por no máximo dez estagiárias (os) para um mínimo de quatro

horas-aula de supervisão semanal. Indica-se como adequado, entretanto, o número de seis estagiárias (os) por grupo para quatro horas-aula de supervisão semanal. No caso de supervisão individual, recomenda-se o tempo mínimo de meia hora-aula semanal. (Conselho Federal de Psicologia, 2013)

2.4 Atividades realizadas pelo estagiário

A iniciação a prática profissional por meio do estágio pode trazer grandes preocupações ao estagiário visto que a prática da psicologia é construída exatamente nesse delineamento entre o aqui e agora. A inexperiência e a insegurança podem tomar conta do momento e do aluno. Carvalho e Kavano (1982) enfatizam que no fazer da profissão o psicólogo, neste caso o estagiário, conta com toda sorte de clientes, pois não se faz distinções nem exclusões no que tange o acolhimento da pessoa que busca o serviço.

Carvalho e Kavano (1982) sugerem que quando entram na graduação os estudantes idealizam um modelo de Psicologia direcionado para a clínica e tendem a manter esta ideia durante o curso. Dado isso pode-se pensar na preocupação ao ingressar no atendimento clínico, visto que ainda que se tenha supervisões para direcionar o aluno, no momento do atendimento será apenas ele e o cliente.

Segundo Abreu-Motta, De-Faria e Coelho (2010), em grande parte as habilidades necessárias ao estagiário não são diretamente treinadas durante a graduação, fazendo com que o estagiário crie inseguranças e medos, sobretudo no início dos atendimentos. Comumente, no momento em que o aluno inicia o estágio na CE ele se depara pela primeira vez com o papel de terapeuta, nesse contexto esse sentimento só se fortalece. Afora toda essa primeira experiência de responsabilidade profissional, este aluno é cobrado por tal comportamento.

Moura (1999) reafirma a ideia supracitada, dizendo:

O desenvolvimento de tais habilidades deve ser visto como um processo que deve ser iniciado logo no início da formação, pois o aluno traz habilidades em seu repertório pessoal que precisam ser aprimoradas juntamente com a aquisição de conhecimentos teóricos. (Moura 1999, p. 32).

A formação acadêmica vem com um leque de abordagens para o aluno, não é incomum a dúvida na hora de colocar em prática as diversas técnicas e conceitos aprendidos em sala de aula. Esse é mais um dos pontos que ancoram a “decolagem” do estagiário. Contudo independentemente da perspectiva teórica, o

aluno estagiário deve ser capaz de saber captar, compreender e perceber as dificuldades do cliente, assim como minimizá-las e/ou saná-las.

Várias são as atividades que podem ser executadas pelo estagiário na CE, como exemplo temos a triagem, avaliação psicológica, psicoterapia individual da criança, do adolescente e do adulto, psicoterapia grupal e programas com enfoque preventivo, (Moura 1999).

O CFP orienta que a CE deve fornecer aos seus usuários um informativo público de modo a deixar claro todos os serviços oferecidos por ela. Abaixo segue orientação divulgada através da Carta de Serviços Sobre Estágios e Serviços-Escola:

O serviço-escola deverá elaborar documento às (aos) usuárias (os), contendo informações pertinentes aos serviços prestados. Este documento, assim como o Código de Ética Profissional da (o) Psicóloga (o), deverá ficar em local de fácil acesso. É importante que as (os) usuárias (os) sejam informados sobre seu direito de acesso ao prontuário, bem como sobre os serviços prestados: modalidades de serviços, nome (s) das (os) responsável (eis) técnicas (os), custos, se houver, horários de funcionamento e normas. (Conselho Federal de Psicologia, 2013)

Os serviços oferecidos pelas CE pode variar dentro de vários critérios, como a ênfase de modalidade do curso oferecido pela IES, pela estrutura do espaço clínico, e pelas ferramentas disponíveis para a atuação do estagiário (testes psicológicos, materiais para atividades lúdicas, etc.) (Moura, 1999).

Os serviços oferecidos podem ser também de nível multidisciplinar, ou seja, se a CE oferece serviços ao público com estagiários de outras áreas do saber, como exemplo do Direito, e um mesmo cliente faz uso dos vários serviços oferecidos pela clínica, os documentos lavrados pelo estagiário de psicologia devem estar dentro dos padrões de documentos de acesso compartilhado. Deve-se assim cuidar para que não sejam expostas informações que não são pertinentes aos demais estagiários de outras áreas do saber que não do curso de psicologia. Como exemplo, resultados de testes, laudos psicológicos, relatórios de atendimento, etc.

Esse cuidado com o sigilo é enfatizado pelo CFP no que diz respeito a documentos emitidos pelo estagiário acerca dos atendimentos na CE.

Em serviço multiprofissional devem ser registradas apenas as informações necessárias ao cumprimento dos objetivos do trabalho, em prontuário único. A guarda dos documentos resultantes de prestação de serviços psicológicos é de responsabilidade da (o) profissional psicóloga (o) e obedece ao disposto no Código de Ética Profissional (Resolução CFP nº 10/2005) e no Manual de Documentos Escritos (Resolução CFP nº 7/2003). O armazenamento desses

documentos em meios eletrônicos exige cuidados redobrados com o sigilo profissional. (Conselho Federal de Psicologia, 2013).

Lembra-se assim das questões éticas e de sigilo que devem ser arraigadas no estagiário desde o primeiro momento de contato com o estágio, seja qual for. Do atendimento multidisciplinar que pode se estender para além do estágio.

2.5 Perfil dos usuários

2.5.1 Pesquisas descritivas

Outro ponto que esse trabalho se propõe discutir é o perfil sócio demográfico dos clientes atendidos pelo serviço de CE dos cursos de Psicologia, e que gravitam em seu entorno, para tanto foram escolhidas e serão apresentadas algumas produções científicas que tratam do assunto.

De acordo com Maravieski, e Serralta (2011, p.483) citando Silveiras et al. (2006), o mais “antigo trabalho brasileiro de caracterização do atendimento público ambulatorial de Psicologia é o de Schoenfeldt e Longhin, de 1959 e somente vinte e um anos depois, na década de 1980, o estudo de Ancona-Lopez (1983), primeiro com uma dissertação e depois em artigos, investigou as características de quatro clínicas-escola de Psicologia na cidade de São Paulo/SP. Desde o momento dessas publicações pioneiras ocorreu um crescimento considerável de estudos sobre as características da população que busca atendimento nas CEs. Uma ressalva se faz necessário quando se fala em “aumento considerável”, nas palavras de Bolconte (2014), em excelente trabalho de revisão, apontando que dos 396 cursos de graduação em Psicologia no Brasil em 2009 foram levantados “apenas” 49 artigos que tratavam do perfil sócio demográfico e desses apenas 20 se encaixaram nos critérios para o seu estudo.

Segundo Louzada (2003, p.451), A Organização Mundial de Saúde (OMS) destaca que, para “melhorar a saúde mental, há que se investir na produção de dados concretos sobre os serviços e recursos existentes e definir uma estratégia de avaliação contínua de toda nova atividade” (Saraceno, Asioli, e Gianni, 1994) citada por Louzada (2003, p.451). Importante destacar que a produção de dados necessita antes de tudo uma convergência de protocolos para que haja uma forma de

compará-los tendo em vista a avaliação de cada serviço/prática disponibilizado à população.

Louzada (2003) afirma que é imprescindível uma articulação entre os componentes essenciais do funcionamento de uma IES, que são: a pesquisa, a extensão e o ensino. E o modelo de pesquisa a ser efetivado para se conhecer a população que já faz uso do serviço e a potencial usuária esta centrada no modelo de pesquisas epidemiológica.

Martins (2014, p.164) citando Briz (2009) afirma que a epidemiologia produz o conhecimento “estudando as manifestações da saúde e da doença bem como seus determinantes”, enquanto que o serviço de saúde pública e privada se “beneficiam” desse levantamento de dados, dessa, organização de informações e podem “planejar ações voltadas para a prevenção de doenças e agravos, promovendo a saúde da população”. No tocante a essa temática Martins (2014, p.164) citando Silva (2008), afirma que como ciência, “a epidemiologia busca, através da explicação de determinados fatos e eventos, estudar o processo saúde-doença analisando a distribuição das enfermidades, danos e agravos à saúde em coletividades humanas”. E completa salientando que como método, “a epidemiologia tem o propósito de fornecer subsídios permanentes para a tomada de decisões que visem beneficiar a saúde da população”, estes mesmos subsídios são de importância central para o direcionamento da formação e práticas das CEs.

Louzada (2003) lembra que é um dos pilares da prática dos serviços de Psicologia oferecidos pelas Universidades/Faculdades deve ser o processo de “mapear” essa clientela para que haja correspondência entre oferecimento dos serviços e demanda. “Somente através destes dados, poder-se-ia delinear as ações e possibilitar correções de rumo na extensão e no ensino, norteando até mesmo a construção dos currículos”, Louzada (2003, p.452), e como dito acima, uma das melhores formas de fazer esse mapeamento é através de pesquisas epidemiológicas.

Louzada (2003, p.453) citando Saraceno et al. (1994), afirma que para se conseguir um resultado satisfatório na qualidade da prestação do serviço; notadamente em Saúde Mental é importante ter o que se denominou de “atitude epidemiológica, uma vez que o serviço deve passar por um continuado processo de aperfeiçoamento e avaliação, esse mecanismo inclusive é importante para a

constante atualização das práticas. A autora ainda afirma que o serviço não deve “apenas” se apresentar-se como um mecanismo que busca:

[...] ratificar, [e] que o manejo do sofrimento psíquico não se limita a um aplicar metódico de técnicas, e sim, deve ser considerado como invenção permanente. No campo da saúde mental, e no que tange à realidade brasileira, a literatura aponta alguns trabalhos envolvendo a identificação da população que busca atendimento nas diversas instituições e serviços.

Maravieski e Serralta (2011, p.482) citando Silveiras, Meyer, Santos e Gerencer (2006), salientam que “o levantamento das características da população a quem se destinam os serviços de atendimento de uma instituição é o primeiro passo para torná-los mais eficientes”. Segundo as autoras a partir do conhecimento das “características da clientela e das suas necessidades que se pode determinar *quando, onde e, especialmente, como* atender os que procuram ajuda”.

Apenas oferecer o serviço, quase que de forma aleatória, não é o suficiente. Esse questionamento vai de encontro à ideia de que a formação exige inclusive pela própria legislação o exercício do estudante na prática do estágio na CE, porém é importante avaliar qual a demanda esta sendo atendida e se a oferta de serviços vai de encontro à demanda da potencial população alvo. Nesse item completa Maravieski e Serralta (2011, p.484) cita Lohr e Silveiras (2006) que afirma que os novos parâmetros da formação do psicólogo torna necessário verificar se as clínicas-escola vêm cumprindo seu papel de interface entre a teoria e a prática profissional, considerando a proposta generalista das novas diretrizes para os cursos de Psicologia. Ainda existe uma dúvida apresentada pelas autoras Lohr e Silveiras (2006), elas se perguntam se diante da “escassa produção científica derivada das clínicas-escola e os poucos artigos científicos” essa função de atender as demandas da população estaria mesmo sendo cumprida ou como se pode questionar essa inserção dos estudantes/estagiários seria apenas uma prática onde reina redundância sem qualquer aprendizado efetivo, essa última condição implica sério danos ao processo de formação do aluno estagiário.

De acordo com Campezatto e Nunes (2007, p.376) ao citar Ancona–Lopez (1983), mais uma vez faz um sério e importante questionamento sobre a efetividade do serviço das CEs. Importante notar que os dados citados da pesquisa de Ancona-Lopez tem um ar de atualidade e apontam que:

De acordo com a pesquisa realizada por Ancona-Lopez (1983), as C-e funcionam de forma bastante contraditória, na medida em que se dispõem a oferecer serviços psicológicos; mas a maioria da clientela é encaminhada ou permanece em longas listas de espera por atendimento. Em sua pesquisa, constatou que 54,1% da clientela abandonou os atendimentos, e apenas 4,6% cumpriram os objetivos propostos, com alta. As C-e, muitas vezes, parecem desconhecer as reais necessidades da clientela que as procura, correndo o risco de não a atenderem adequadamente.

Segundo Louzada (2003) as citar Urutiaga, Almeida, Vianna, Santos e Botelho (1997) pondera que ao se estudarem os “fatores preditivos de abandono em psicoterapia” numa clínica, na cidade de Pelotas-RS, mesmo não sendo o objeto principal da pesquisa, foi traçado um perfil sócio econômico da população atendida, os dados apontam que a maior parte dos clientes era do sexo feminino (77%), com idade entre 20 e 39 anos (70,1%), solteiros (63,2%), estudantes (35,1%) e com renda de até quatro salários-mínimos (65,2%). Ainda segundo Louzada (2003) apud Urutiaga, Almeida, Vianna, Santos e Botelho (1997) a busca por atendimento foi predominantemente espontânea e as queixas relacionavam-se mais a dificuldades no relacionamento em geral e com a família (42,6%).

Campezatto e Nunes (2007) salientam que existe uma grande similaridade dos achados como também das demandas da população usuária, reconhecem ainda, que existe uma escassez de produções acerca do tema e que essa produção de matérias se concentra quase toda no estado de São Paulo e região Sudeste. Essa falta de produção científica acerca da temática dificulta uma orientação mais precisa das práticas no intuito de atender a população usuária da CE.

São diversos os estudos sobre a caracterização da clientela de clínicas-escola de Psicologia no Brasil. Todavia, há escassez de pesquisas desta natureza no Rio Grande do Sul. Este trabalho se propõe a realizar uma pesquisa de levantamento das características sócio demográficas e clínicas da população que buscou atendimento em 2004 nas dez clínicas-escola da Região Metropolitana de Porto Alegre. É possível reconhecer a similaridade dos achados com a grande maioria dos estudos, permitindo-se a inferência de um perfil típico do paciente que busca atendimento em clínicas-escola no Brasil: crianças, do sexo masculino, encaminhadas por escolas devido a dificuldades de aprendizagem ou comportamento e mulheres jovens, que buscam atendimento espontaneamente devido a conflitos relativos ao comportamento afetivo. (CAMPEZATTO e NUNES, 2007. p.378).

Chaves (2015) et al, ao fazerem uma revisão bibliográfica aponta que a demanda tem algumas convergências com achados de outros autores como a pesquisa apresentada nesse trabalho feita por Ancona-Lopez (1983), com uma grande demanda da clientela infantil pelo serviço, com algumas especificidades

como “com problemas de aprendizagem e distúrbios comportamentais”, também citando altos índices de abandono do acompanhamento terapêutico.

De forma conjunta, há uma indicação desses estudos em apontar a alta prevalência da clientela infantil para esse tipo de serviço (OLIVEIRA, 1999; MELO & PERFEITO, 2006 *apud* MARAVIESKI & SERRALTA, 2011, p. 483); de meninos com problemas de aprendizagem e distúrbios comportamentais do tipo externalizante (SILVARES et al., 2006 *apud* MARAVIESKI & SERRALTA, 2011, p. 483); prevalência do sexo feminino (GATTI & JONAS, 2007; ROMARO & CAPITÃO, 2003; ENÉAS, et al., 2000 *apud* MARAVIESKI & SERRALTA, 2011, p. 483); queixas relacionadas à problemas de relacionamento, ansiedade e depressão na fase adulta (PERFEITO & MELO, 2004; ENÉAS et al., 2000 *apud* MARAVIESKI & SERRALTA, 2011, p. 483); altos índices de abandono do acompanhamento psicológico (SILVARES, 2006 *apud* MARAVIESKI & SERRALTA, 2011, p. 483) e uma crescente diversificação de abordagens teóricas (CAMPEZATTO & NUNES, 2007 *apud* MARAVIESKI & SERRALTA, 2011, p. 483).

Campezatto e Nunes (2007) fazem uma interessante e ampla pesquisa usando como metodologia uma busca pelos dados de registrados em Fichas de Atendimento/Prontuários/Livros de Registro e elaborando um Questionário de forma a completar e assegurar mais fidedignidade às informações necessárias para atingir os objetivos propostos. O questionário ainda consta de questões dispostas em objetivas e abertas, a serem preenchidas de acordo com o funcionamento de cada uma das CEs pesquisadas e como resultado obteve-se:

Em primeiro lugar, é possível reconhecer a similaridade dos achados com muitos dos estudos oriundos de outras regiões do Brasil, permitindo-se a inferência de dois perfis típicos do paciente que busca atendimento em C-e no Brasil: crianças, do sexo masculino, encaminhadas por escolas devido a dificuldades de aprendizagem e comportamento e mulheres jovens, que buscam atendimento espontaneamente devido a conflitos relativos ao comportamento afetivo. A grande maioria desta clientela dificilmente teria acesso aos consultórios privados de psicólogos clínicos devido à situação socioeconômica das famílias em que estão inseridas. (CAMPEZATTO E NUNES, 2007, p.386),

As autoras completam ao afirmar que:

O primeiro perfil, que descreve crianças de 6 a 10 anos de idade, corresponde ao período de escolarização, situação que tende a trazer maiores conflitivas em meninos do que em meninas. As queixas relativas a processos cognitivos, que remetem a dificuldades de aprendizagem, são mais comuns nos meninos do que nas meninas de mesma faixa etária. As meninas e, principalmente, as mulheres jovens parecem ter mais dificuldades de ordem emocional como motivo de busca por atendimento, sendo comuns as crises de choro, tristeza, ansiedade. Pacientes do sexo feminino também buscam atendimento psicológico espontaneamente, devido a conflitos de relacionamento interpessoal, queixa pouco expressa por homens. (CAMPEZATTO E NUNES, 2007, p.386),

Quanto ao perfil apontado no citado acima, “6 a 10 anos de idade”, esta faixa etária apresenta um perfil já descrito desde o trabalho de Ancona-Lopez (1983), ela ainda aponta não ter encontrado uma explicação satisfatória para essa demanda, uma vez que a queixa inicial se “mistura” e às vezes sobrepõe novos momentos vividos pela criança, notadamente mudança significativa de ambiente – casa – escola e novas demandas acerca das exigências no processo de inserção escolar.

Segundo Ancona-Lopez (1983), em pesquisa sobre o perfil do usuário do serviço de Clínica Escola no estado de SP, na pesquisa mais antiga citada nesse trabalho tratando desse assunto. Nesse artigo a autora projeta como objetivo apresentar e discutir características da clientela que procurou as Clínicas Escola de psicologia, em São Paulo, no ano de 1977. A população foi caracterizada através das variáveis: sexo, faixa etária, nível socioeconômico, queixas apresentadas, forma de procura e dados do atendimento.

Ancona-Lopez descreve a metodologia como a:

Realizamos um levantamento, em 1979 e 1980, dos clientes que procuraram as clínicas psicológicas da cidade de São Paulo, ligadas a cursos de Psicologia que eram reconhecidos pelo MEC em 1977. Esse levantamento foi realizado com o objetivo de avaliar esses serviços de psicologia clínica, gratuitos ou semigratuitos, analisando-se a demanda, realização e resultados dos serviços prestados (Lopez, 1981). Todos os casos inscritos nessas clínicas, em 1977, foram verificados, caracterizando-se a demanda através do conhecimento da clientela quanto a sexo idade, nível sócio-econômico e queixas apresentadas. Verificamos, também, índices de procura e de atendimentos. (ANCONA LOPES, 1983, p.78).

Segundo Goldberg, Kieling e Guzzo (2015), o papel do serviço da Clínica Escola concomitante ao processo de formação do aluno na inserção e vivência da prática clínica, o também mostra que o serviço de atendimento na clínica escola, “exerce um trabalho social extremamente importante, visto que atende de imediato, a demanda da comunidade Local”, como dantes citado, sendo que esta dita comunidade quase sempre é descrita nos perfis de pesquisas como uma “população economicamente desfavorecida” que encontra na CE, “uma possibilidade de acesso a serviços psicológicos gratuitos ou de baixo custo. (GOLDBERG, KIELING E GUZZO (2015) citando ARTECHE et.. al., 2006).

Chaves (2015, p.3) apud Cunha e Benetti, (2009) diz da necessidade de conhecer a clientela que busca atendimento psicológico na CEs, os dados coletados servirão de subsidio na avaliação dos atendimentos clínicos prestados, nisto ele ressalta a relevância de sua pesquisa. Ressalta também que a partir das mesmas

poderá criar estratégias de prevenção ao abandono terapêutico que é algo recorrentemente identificado nas CEs.

Os autores do trabalho elaboraram em conjunto um questionário semiestruturado, contendo questões sobre o estagiário (gênero, idade e abordagem teórica), sobre os clientes (gênero, idade, período de atendimento, fonte de encaminhamento, queixa, existência de diagnóstico e medicação) e sobre a família dos clientes (modelo/estrutura de família e qualidade de participação no tratamento).

Outro perfil do usuário do serviço é apresentado por Viol e Ferraza (2015), a partir de pesquisa que usou com fonte prontuários clínicos, segundo as autoras:

Foi analisada uma amostra de 297 prontuários, selecionados aleatoriamente, de pacientes atendidos individualmente entre os anos de 2009 a 2014. Os resultados mostraram que a maioria da população atendida naquele serviço é composta por adultos (64%) e crianças e adolescentes representam 36%. Do total de adultos atendidos, 86% são do sexo feminino, o que permite a inferência sobre um perfil típico do paciente que busca atendimento em um serviço-escola e que se compõe em sua maioria de mulheres, adultas na faixa de 26 a 59 anos. Em se tratando de crianças e adolescentes há uma predominância do gênero masculino. (VIOL E FERRAZA, 2015, p.1).

Esses dados citados acima se aplicam a uma pesquisa feita em um serviço de Clínica Escola de uma faculdade de Psicologia no interior do estado de São Paulo, e a finalidade inicial foi de traçar o perfil clínico e sócio demográfico da população atendida pelo serviço, uma população predominantemente adulta (64%), e o que mais chama atenção é o fato das autoras concluírem que, “é possível reconhecer a similaridade dos resultados encontrados com a maioria dos estudos sobre a temática,” logo, se esse perfil se confirma é importante que o oferecimento do serviço esteja em sintonia com essa demanda.

Ainda segundo as autoras, o serviço avança e se adapta na mesma em que avançam os conceitos que a Psicologia vai construindo com o decorrer do tempo, desde a criação do primeiro serviço de Clínica Escola na USP – Universidade de São Paulo, em 1958.

Nesse tópico a contribuição do artigo das autoras Maravieski e Serralta (2011, p.480), em pesquisa realizada tomando como fonte prontuários busca traçar “o perfil clínico e sociodemográfico da clientela da clínica de um serviço-escola de Psicologia de uma universidade privada do sul do Brasil”. Segundo elas foram avaliados 604 prontuários de pacientes atendidos individualmente entre 2003 e 2007. Segundo Maravieski e Serralta (2011, p.482) apud Peres, Santos e Coelho (2004), ressaltam que:

Os serviços prestados pelas clínicas-escola de Psicologia têm como objetivo fundamental a aprendizagem clínica dos estudantes de Psicologia. Além do aspecto acadêmico, as clínicas-escola também desempenham um importante papel social, uma vez que oferecem à comunidade em geral, e principalmente a de baixo poder aquisitivo, a possibilidade de acesso a um atendimento psicológico gratuito ou de baixo custo realizado sob supervisão de profissionais qualificados.

Também aqui a dupla função da Clínica Escola se apresenta, primeira função da Clínica é a formação prática do estudante, mas no tocante ao perfil sócio demográfico as autoras mostram que:

Os resultados mostraram que: a) a maioria dos pacientes eram mulheres, mas entre as crianças predominam as do gênero masculino; b) as queixas principais foram de sintomas depressivos, mas também foram verificadas variações conforme faixa etária e gênero; c) a maior parte dos pacientes havia buscado espontaneamente o atendimento; d) os níveis de desistência de tratamento foram compatíveis com os de outros estudos neste contexto; e) não foram encontradas associações significativas entre abandono de tratamento e faixa etária, gênero e tempo de espera. O estudo revelou que o perfil clínico e sociodemográfico da clientela atendida neste serviço é compatível com o de outras clínicas-escola no Rio Grande do Sul e em outros estados do Brasil. Segundo Maravieski e Serralta 2011, p.481).

Ancona-Lopez na discussão do seu trabalho aborda a grande procura por parte de crianças em idade escolar, de mulheres adultas, e a procura por parte dos homens e de idosos. Como conclusão coloca que as clínicas psicológicas são utilizadas como locais de derivação de problemas que a sociedade não reconhece como seus, individualizando-os, e tornando o atendimento psicológico atributo dos grupos considerados socialmente mais fracos.

Alguns grupos de clientes nos chamaram particularmente a atenção. Um deles é o grupo constituído pelas crianças que se encontram na faixa escolar, isto é, dos 6 aos 15 anos. Dos 6 aos 10 anos encontramos, como vimos, 32,3% da população que procura a clínica, entre 11 a 15anos, 17%. Vemos portanto que 49% dessa população encontra-se em idade escolar. Esse grande número nos leva a pensar que é, realmente, ao ingressar na escola, que a criança defronta-se com a necessidade de corresponder às expectativas familiares e sociais. (ANCONA LOPEZ, 1983.p.86)

2.5.2 Atendimento infantil na clínica escola

Para uma discussão mais pormenorizada foi escolhido um grupo de clientes que também tem sido alvo de atendimento do orientador deste trabalho e da prática na Clínica Escola das orientandas desde trabalho no presente semestre do curso de Psicologia Doctum _ Teófilo Otoni (1ª semestre de 2019). Também esse grupo

ganha destaque no trabalho de Ancona-Lopez (1983) e nos trabalhos de descrição de perfil e de queixa apresentados nas pesquisas abaixo. Segundo Ancona-Lopez (1983) na sua pesquisa um grupo chamou particularmente a sua atenção, grupo constituído pelas crianças que se encontram na faixa escolar, isto é, dos 6 aos 15 anos. Segundo a sua pesquisa a distribuição foi a seguinte, 6 aos 10 anos, 32,3% da amostra da população que procura o serviço e, entre 11 aos 15 anos, 17 %. 49,8% dessa população encontrava-se em idade escolar no momento da pesquisa.

Segundo Ancona-Lopez e os dados da pesquisa subsequentes apresentados no artigo de Bolconte (2014) mostram que essa demanda não diminuiu. Segundo Ancona-Lopez (1983, p.86), ao discutir os achados da pesquisa no item – As crianças e dos adolescentes, afirma que “esse grande número nos leva a pensar que é, realmente, ao ingressar na escola, que a criança defronta-se com a necessidade de corresponder às expectativas familiares e sociais”. E ainda afirma que é no momento da entrada na escola que “há uma avaliação da capacidade produtiva da criança através de seu êxito escolar”. A avaliação esta centrada na produção escolar e na correspondente capacidade das crianças em cumprir um conjunto de deveres e conseguir atingir metas, isso constitui, na realidade, “uma avaliação, também, do papel de pai e da mãe, apresenta um prognóstico familiar”, uma vez que estes devem ou deveriam se envolver diretamente no processo de aprendizagem dos filhos. Ancona-Lopez (1983).

Confirma os resultados de pesquisa de Ancona-Lopes (1983) uma pesquisa realizada por Bolconte (2015) apud Louzada (2003), ela afirma que 79.8% da clientela da CE eram formadas por crianças, adolescentes e adultas jovens e desse grupo 12% era formada por crianças e adolescentes com problemas de aprendizagem. Ainda no trabalho de Bolconte (2015) citando os dados apresentados por Capitão e Romero, foram analisadas queixas de 248 crianças e 44 adolescentes, destes sobressai o índice de queixas de dificuldades de aprendizagem da ordem de 19% entre as crianças (248) o mais alto índice de queixas citados. Em Gatti e Beres (2004) citado por Bolconte (2014) em pesquisa realizada com grupo de 47 pessoas, destas 76 de crianças na faixa etária de 6 – 13 anos. Bolconte (2015) citando Sevalha (2007) afirma ter realizado pesquisa com 742 crianças e que a maior demanda do serviço provem das escolas e desse grupo 19,1% apresenta queixa de dificuldade cognitiva, maior porcentagem de queixas do total. Ainda segundo Bolconte (2015), estes números se assemelham nos trabalhos de Villwoock et al

(2007), Reppold e Hutz (2008), Nakamura et al (2008), Cunha e Benetti (2009), Borsa et al (2013). Em Justen et al (2010) e Macedo et al (2011) as queixas com relação a processos educacionais perdem a liderança ficando em segundo lugar na demanda.

Ancona-Lopes (1983) atribui grande significado ao papel do pai e da mãe no sucesso ou fracasso escolar da criança, notadamente, no caso da queixa a questão esta relacionada ao fracasso. As causas do fracasso, os dados a partir do estudo de Ancona-Lopez até os mais atuais apontam como principal causa do fracasso escolar distúrbios que a criança passa a apresentar na medida em que se insere no processo de escolarização. Esses distúrbios não são “passíveis” de identificação pelos pais, uma vez que apenas podem ser apontados por especialistas. Nessa lógica, é importante pensar no quanto a dicotomia saúde x doença esta impregnada na vivência e no imaginário da população e principalmente no público que busca o serviço da Clínica Escola, uma vez que muitos buscam pela “cura” para os filhos. Ainda segundo a autora as queixas quanto ao desempenho da criança na escola comprometem uma crença dos pais de que a mudança da condição econômica poderá se fazer pela inserção dos filhos no mercado de trabalho em cargos mais valorizados, essa é mais uma condição que agrava a sua percepção de fracasso

O fracasso escolar pressagia, portanto, o insucesso dos esforços para elevar o nível socioeconômico da família, causando grande ansiedade, o que poderia justificar a ênfase na queixa da escolaridade na procura à Clínica nessa faixa etária: 30,6% de queixas de distúrbio cognitivo entre 6 e 10 anos, e 24% entre 11 e 15 anos...

O fracasso das crianças do sexo feminino parece não assumir a mesma importância que o do sexo masculino. De fato, entre 6 e 10 anos temos uma procura de 31,6% de meninas contra 68,3% de meninos e, entre 11 e 15 anos, 34,0% de meninas para 66,0% de meninos. Podemos considerar que, usualmente, são atribuídos papéis de "dona-de-casa" e "mãe" às mulheres e estes papéis dependem menos da escolaridade do que os papéis atribuídos aos meninos. (ANCONA-LOPEZ, 1983, p.87)

Ainda no tocante ao brilhante trabalho de Ancona-Lopez (1983, p.88), a autora faz um questionamento importante acerca da queixa e procura do serviço da Clínica, indicando uma dualidade paradoxal quanto ao papel dos pais e a importância que assume para eles o sucesso escolar dos filhos, ela destaca que “a maior parte das crianças dessa idade (citada nos dados da pesquisa a seguir) que chega às clínicas vem encaminhadas por outras instituições ou pessoas, e não trazidas espontaneamente pelos pais”. A pesquisadora mostra que “dos 6 aos 10 anos, 66,6% procuram a clínica por sugestão de terceiros assim como 64,8% entre

11 e 5 anos. Nossa experiência nos permite afirmar que essas crianças são encaminhadas, em sua maior parte, pelas escolas e professores”.

As consequências dessa dificuldade que vão se apresentar como queixa no serviço da Clínica não são apontadas pelos pais, eles raramente detectam esses problemas/transtornos, estes ficam claro “os pais dificilmente detectam qual a dificuldade da criança, percebem apenas as consequências dessa dificuldade, isto é, a não-aprendizagem e a reprovação”. Dificuldades de ordem “afetiva, social e funcional”, ocorrem na estatística de forma menos acentuada, são menos citadas na pesquisa, vão se tornar destaque à medida que entram no componente escolar como queixa da escola, aparecendo como falta de interesse e agressividade e passem a comprometer a aprendizagem. (Ancona-Lopez, 1983, p.88).

Mais uma vez se entende que o processo de construção do desenvolvimento e da aprendizagem são situações separadas e acontecem aos “saltos”:

Na faixa de idade são citadas poucas vezes dificuldades cognitivas (7,9%). A diferença entre essa porcentagem e a da faixa etária seguinte nos leva a pensar que entre os 1 e 5 anos as dificuldades cognitivas, mesmo quando observadas, são toleradas e atribuídas a problemas que serão superados com o crescimento. Com a entrada na escola, assumem grande importância e fala-se delas como se tivessem surgido de um momento para o outro e não fossem uma continuação de dificuldades anteriores. . (ANCONA-LOPEZ, 1983, p.88).

Apresentam-se duas situações complementares, a primeira diz respeito a “um desconhecimento de problemas de desenvolvimento e da noção de distúrbios evolutivos de conduta” e em segundo lugar a expectativa dos pais que é frustrada ao perceberem que tem um filho que apresenta rendimento escolar abaixo da média e demanda cuidados específicos. Os pais, aponta a pesquisa, “parecem ser pouco exigentes na fase pré-escolar, quando esperam que a criança amadureça naturalmente, e aceitam sua produção sem parâmetros externos, e extremamente exigentes quanto à competência e eficiência, quando se inicia a vida escolar”. A criança passa por um processo de desenvolvimento e por etapas importantes da vida sem que haja um olhar atento dos pais, essa situação se agrava na medida em que diminuem os recursos da família, quanto mais baixo o nível socioeconômico baixo menos a criança tem oportunidade de frequentar a pré-escola e “é colocada, sem preparo, em um esquema de competição, comparação e avaliação”. A “tensão emocional” decorrente dessa mudança não costuma ser verificada nas queixas com relação ao comportamento agressivo e desadaptado e da criança na escola. A

criança é considerada “problemática” na medida em que não obteve o sucesso esperado ou apenas não correspondeu ao mínimo das expectativas colocadas sobre ela; “o fracasso é “atestado” pelo professor (a) que a encaminha para atendimento psicológico como, forma de solucioná-lo conseguindo uma adaptação à escola, e a indicação é aceita pelos pais como correta”. Essa solução do “problema” passa também pelo diagnóstico que se busca em muitos momentos na Clínica Escolar, uma das formas de se entender o encaminhamento da criança ao serviço. (ANCONA-LOPEZ, 1983, p.90).

3 METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS TÉCNICOS DA PESQUISA

3.1 Classificação da pesquisa

O objetivo geral da pesquisa foi descrever o papel da Clínica Escola na formação do psicólogo. Os objetivos específicos foram de descrever a passagem do aluno pela CE para um aprendizado específico e as propostas levantadas pela CE para tal aprendizado. Foi realizado um estudo de natureza qualitativa, com ampla revisão de literatura para fundamentar a pesquisa, sendo a mesma uma pesquisa documental de fim exploratório e descritivo.

3.2 Procedimentos de coleta de dados

Foram utilizadas as bases de coletas de dados virtuais nas plataformas de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC), e Scientific Electronic Library Online (SciELO). Consulta em material impresso – livros manuais, compêndios e documentos institucionais na própria biblioteca da instituição para o desenvolvimento deste trabalho. Banco de teses USP, UFMG e UNICAMP.

A busca pelas obras nas bases de dados foi com a utilização das seguintes palavras chaves: estágio supervisionado, supervisão de estágio, estágio, clínica-escola, estágio curricular obrigatório, estagiário, ansiedade de forma isolada ou combinada, formação acadêmica, foram buscadas variáveis diretas e indiretas sobre o tema de estudo.

Para selecionar o material de estudo foi feita uma leitura exploratória dos textos encontrados, leitura aprofundada das obras de interesse e finalmente a leitura analítica dos trabalhos mais relevantes. Sendo as literaturas selecionadas arquivadas em computador pessoal com cópia no e-mail.

3.3 Formas de análise e interpretação

Foi feita leitura criteriosa das fontes científicas levantadas e análise dos dados coletados, organizando as informações assim coletadas na estrutura denominada “resultados e discussões”, com cruzamento de informações de diferentes fontes, buscando mencionar as informações mais abrangentes antes de tratarmos mais

aprofundadamente das informações mais específicas. Gerando uma massa de informações que puderam, assim, possibilitar uma discussão dos resultados para que se chegasse a uma conclusão. Foi utilizado como critério a maior ocorrência de informações relevantes, ou seja questões e fatores mais citados nos artigos científicos utilizados neste trabalho como relevantes à formação do psicólogo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A CE surge juntamente com o curso de psicologia em meados dos anos 1958 em São Paulo sendo oferecido pela USP-SP, na Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras. Trás junto sua finalidade de criação um papel duplo, sendo ele social e acadêmico. Salienta-se que a CE é uma prerrogativa sustentada por lei, constando assim um artigo exclusivo para ela.

O papel social consiste no atendimento gratuito à população de modo a fazer com que um maior número de pessoas tenha acesso ao atendimento psicológico. O papel acadêmico vem para obedecer às diretrizes do Conselho Nacional de Educação que exige a existência desse núcleo de praticas supervisionadas de atendimento gratuito à população

Para que haja o serviço de atendimento psicológico na CE dois pré-requisitos devem ser atendidos, o estrutural, ou seja, o oferecimento de um espaço adequado a pratica clinica do estagiário. Estruturas essas que variam de desde um local salubre, a um local de que preserve o sigilo e que respeite as prerrogativas éticas da profissão. O segundo pré-requisitos é o de que o aluno deve ser preparado, orientado e supervisionado em sua prática, ou seja, o aluno deve ter fundamentação teórica suficiente para iniciar a prática.

Assim sendo a CE é vista como as raízes da psicologia, devendo esta estar vinculada ao Conselho Federal de Psicologia. Deve também ter como representante oficial um profissional da área, assim sendo um psicólogo, devendo este caso venha se afastar do cargo comunicar ao Conselho e a IES providenciar outro profissional para coordenar a Clinica.

A CE é o espaço onde se cumprirá parte do estágio obrigatório do estudante de psicologia. O estágio obrigatório faz parte da estrutura do curso de psicologia desde 1963, ou seja, um ano após a regulamentação do curso. Sendo o estágio um conjunto de atividades supervisionadas, de cunho profissionalizante, é este tido como critério obrigatório, sendo ele um instrumento pedagógico de desenvolvimento profissional.

Todos os documentos produzidos pelo aluno no âmbito do estágio em clinica pela CE deve estar segundo os parâmetros exigidos pelo Conselho Federal de Psicologia. Devendo estes estar dentro dos padrões e normas de produção, sigilo e armazenamento.

Os estágios obrigatórios são oferecidos em níveis diferentes, o básico e o específico, a IES é responsável por oferecer esses níveis. Ambos os estágios devem estar previamente citados no Projeto Político do Curso (PPC). O nível básico visa o desenvolvimento de praticas integrativas, isto é, deve oferecer uma base homogenia dentro do país, engloba a capacitação básica para lidar com os conteúdos da psicologia. Já o de nível específico requer ênfase em uma ou mais abordagem da psicologia, assim como modalidades técnicas específicas. Ambos os níveis devem obedecer aos padrões aprovados pelo exercício da profissão.

Tanto o estágio de nível básico quanto o específico devem ser supervisionados por um profissional psicólogo. À IES é atribuída a função de oferecer tempo suficiente para a supervisão de todos os estagiários. Ao psicólogo supervisor cabe a função de orientar a pratica e de verificar a preparação de seu estagiário. Salienta-se que as praticas do aluno estagiário são de inteira responsabilidade de seu supervisor.

É no ambiente de supervisão que se dá o processo de ensino e aprendizagem que representa a aquisição de habilidades terapêuticas, uma vez que a supervisão tem como papel, também, a mudança no comportamento do aluno.

O supervisor deve também visitar o campo de modo a verificar se o espaço é adequado e propicio para o desenvolvimento das atividades propostas.

O ambiente criado na supervisão deve ser acolhedor ao aluno de modo a desenvolver suas habilidade e competências, visto que a supervisão é um processo educativo.

Contudo o aluno não é preparado apenas pelo seu supervisor. O corpo docente deve trabalhar as técnicas e teorias de modo a oferecer um subsidio teórico para o aluno atuar no estágio. Assim como também é atribuído ao aluno responsabilidade e dedicação na aquisição de técnicas e melhora de suas habilidades. Assim percebe-se um movimento cíclico de retroalimentação aluno, supervisor corpo docente.

O processo de supervisão se diferencia de acordo com o tipo de estágio. Para o estágio de nível básico são inclusas atividades de menor complexidade, para a supervisão desse estágio indica-se o numero de seis estagiarias para cerca de quatro horas-aula de supervisão semanal. Já o estágio específico, dado a sua complexidade das atividades executadas orienta-se meia hora de supervisão por estagiário.

O estágio é a iniciação à prática profissional que pode trazer várias preocupações ao estagiário, a inexperiência e a insegurança. Esse primeiro contato com o ambiente clínico é um fator causador de estresse e ansiedade. A ausência de um treinamento das habilidades necessárias ao estagiário durante a graduação pode ocasionar essas preocupações no desempenho do atendimento na CE. Desta forma enfatiza-se a necessidade do treinamento de habilidades não apenas nas supervisões, mas também no decorrer das aulas regulares.

A graduação vem com um leque de abordagens, técnicas e métodos que podem gerar dúvidas no aluno na hora de colocar em prática em atendimento. Isso muitas vezes impede o desenvolver do aluno estagiário. Contudo cabe ao aluno expor tais dificuldades para que junto à supervisão.

As atividades praticadas no estágio na CE são variadas, vai desde o processo de triagem, avaliação psicológica, psicoterapia individual de crianças, adolescentes e adultos, assim como também psicoterapia grupal.

A CE tem como obrigação informar aos seus usuários quais os serviços oferecidos por ela, isso deve ser feito por meio de documento circular de livre acesso como, por exemplo, cartilhas.

A clínica pode oferecer serviços multidisciplinar como por exemplo atendimento jurídico, de Serviço Social entre outros.

Enfatiza-se que mesmo sendo um atendimento de nível acadêmico deve-se obedecer a diretrizes como o sigilo e o preservar dos direitos básicos da pessoa. Quando se tratar de atendimento multiprofissional as informações compartilhadas devem ser minimamente analisadas de modo a não ferir o código de ética do profissional psicólogo.

No tocante ao perfil sócio demográfico tratado nesse trabalho percebe-se a importância, a partir da pesquisa dos autores citados, de se estabelecer um delineamento, um contorno do público que usa e usaria potencialmente o serviço de CE. Apenas oferecer o serviço na CE com o objetivo de disponibilizar uma prática exigida por lei para formação, como citado nesse trabalho, aos alunos da graduação, não atende a ampla necessidade da prática para a formação dos Psicólogos.

A sintonia entre os serviços de atendimento psicológicos oferecidos na CE se interpõe entre duas pontas, a primeira delas diz respeito à formação acadêmica que é anterior à inserção dos alunos na CE e a segunda é o atendimento à demanda da população usuária do serviço; na primeira situação tem que se entender que o

serviço oferecido é um reflexo, uma projeção sobre o serviço da CE do conteúdo que é discutido e apreendido pelos alunos, logo não se pode oferecer “nada”, nenhuma prática psicológica terapêutica, sócio comunitária ou de psicodiagnóstico além do que seja conteúdo do curso, na outra ponta, o serviço prestado atende a demanda da população de forma satisfatória ou apenas se torna uma forma de encontro inicial e logo depois disso o atendimento é abandonado na medida em que não cumpre as expectativas ou mais especificamente consegue sanar, ao menos de forma parcial, o sofrimento do paciente.

No sentido de maximizar o serviço da CE e buscar adequá-lo à demanda da população usuária e potencial usuária é que a totalidade da bibliografia usada indica que é preciso conhecer o usuário do serviço, e parte substancial da bibliografia aponta a forma de pesquisa epidemiológica – esse modelo tem sido indicado como forma de conhecer a demanda por serviços de saúde de uma população e esses dados tem sido usada como forma de planejar intervenções, direcionar recursos e até indicar pontos para estudos mais específicos como os estudos de caso.

Gomes (2015) ressalta que o serviço da CE deve ser incluído em um conjunto mais amplo de serviços de saúde mental, incluindo entre seus serviços o atendimento a uma ampla população e maior proximidade, inclusive com Sistema Único de Saúde (SUS). Nesse caso, se houvesse essa inclusão citada por Gomes (2015), essa pesquisa deve ser de (re)conhecimento do público usuário e potencial usuário do serviço da CE.

No caso específico dos dados levantados acerca do perfil do usuário do serviço das CEs em São Paulo, Ancona-Lopez (1983), traça um perfil e faz uma análise brilhante acerca da demanda das crianças e adolescentes encaminhadas ao serviço, inclusive dados usados na 3ª parte deste trabalho. Na maioria dos trabalhos citados os dados se confirmam e a sua análise de dados é bastante válidos, mesmos passados 36 anos da sua publicação.

Uma forma de prestar um serviço mais direcionado a esse público e com melhores resultados tanto no que diz respeito à eficiência e eficácia do tratamento quanto na melhor atuação do estagiário junto ao atendimento feito nas CEs, segundo os artigos citados nesse trabalho é a ampliação das pesquisas para traçar o perfil de usuários e o que os levam a procurar os serviços das CEs, assim como também trabalhar com o estagiário enquanto formação as demandas recorrentes

nas CEs possibilitando o cumprimento da funcionalidade do serviço oferecido e o aprendizado efetivo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da análise dos artigos citados nesse trabalho observou-se que a CE é um dos pilares que sustentam a formação do psicólogo exercendo papel importante tanto acadêmico quanto social.

A função pedagógica da CE, no que diz respeito ao seu papel na formação do psicólogo, é afirmada e solidificada uma vez que sua instalação é prerrogativa para o oferecimento do curso de psicologia em qualquer instituição de ensino superior, seja ela pública ou privada.

Contudo, observa-se, através dos resultados coletados, que existem lacunas a serem ainda preenchidas para que o serviço oferecido pelas CEs venham ser de modo eficiente e eficaz ao cumprir sua dupla função, uma vez que os resultados apresentados nos artigos norteadores desta pesquisa apresentam grande número de evasão dos usuários do serviço e sugerem a necessidade de verificar o perfil epidemiológico desses usuários pelos estagiários antes do início da prática do estágio em clínica.

REFERÊNCIAS

- ABREU-MOTTA, H. O.; DE-FARIAS, A. K.; COELHO, C. **Habilidades terapêuticas: é possível treiná-las?** In: DE-FARIAS e cols. **Análise comportamental clínica: aspectos teóricos e estudos de caso.** Porto Alegre: Artmed, 2010, pp.49-65.
- AGUIRRE, A. M. B. et al. A formação da atitude clínica no estagiário de psicologia. *Psicol. USP, São Paulo*, v. 11, n. 1, p. 49-62, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-6564200000100004&lng=en&nrm=iso>. acesso em 12/04/2019.
- ANCONA-LOPEZ, M. **Características da clientela de clínicas-escola de Psicologia em São Paulo.** *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p. 78-92, abr. 1983. ISSN 0100-8692. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abp/article/view/18887>>. Acesso em: 17/04/ 2019.
- BARBOSA, F. D; LAURENTI, M. A; SILVA, M. M. Significados do estágio em psicologia clínica: percepções do aluno. *Encontro revista de psicologia.* 2013, v.16, n. 25. Disponível em: <<http://revista.pgsskroton.com.br/index.php/renc/article/view/2430/2329>> Acesso em: 08/04/2019.
- BOLCONTI, I. S. **Perfil do público das clínicas-escola de Psicologia do Brasil.** Campina Grande. 2014. Disponível em <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/8250/1/PDF%20-%20Iara%20Soares%20Bolconte.pdf>> Acesso em: 17/04/ 2019.
- BITONDI, F. R; SETEM, J. **A Importância das habilidades terapêuticas e da supervisão clínica: uma revisão de conceitos.** *Revista Uniara*, n. 20, pp. 203-212, 2007. Disponível em: <<http://revistarebram.com/index.php/revistauniara/article/view/241>> .Acesso em :08/04/2019
- CAMPEZATTO, Paula von Mengden; NUNES, Maria Lúcia Tiellet. **Atendimento em clínicas-escola de psicologia da região metropolitana de Porto Alegre.** *Estud. psicol. (Campinas)*, Campinas, v. 24, n. 3, p. 363-374, Set. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2007000300008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13/09/2018
- CARVALHO, A. M. A. & Kavano, E. A. (1982). Justificativas de opção por área de trabalho em Psicologia: Uma análise da imagem da profissão em psicólogos recém-formados. *Psicologia*, 8 (3), 1-18.
- CHAVES, I. T. L. et al. Perfil dos Usuários em Atendimento Psicológico na Clínica-Escola da Faculdade ÚNICA de Ipatinga, no Primeiro Semestre de 2015. *Revista Única Cadernos Acadêmicos*, vol 1 n 1 Ipatinga

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (1995). Psicologia - Legislação. Brasília: CFP. Disponível em: < https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2007/02/resolucao2007_3.pdf >. Acesso em : 13/09/2018

_____. Psicologia - Legislação. Brasília: CFP. Disponível em: < https://transparencia.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/decreto_1964_534641.pdf >. Acesso em : 13/09/2018

_____. Psicologia - Legislação. Brasília: CFP. Disponível em: < <http://www.crpsp.org/fotos/pdf-2015-10-05-17-06-26.pdf> >. Acesso em : 13/09/2018

COSTA JR, A. L.; HOLANDA, A. F. Estágio em Psicologia: discussão de exigências e critérios para o exercício de supervisor de estágio. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília , v. 16, n. 2, p. 4-9, 1996 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931996000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 16/03/2019.

FREITAS, F. A; NORONHA, A. P. P. Habilidades do Psicoterapeuta Segundo Supervisores: Diferentes perspectivas. *Revista de Psicologia da Vetor Editora*, vol. 8, n. 2, pp. 159- 166, 2007. Disponível em:< http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-73142007000200006>. Acesso em 18/04/2019

GOLDBERG, K; KIELING, M. L; GUZZO, F. Centro de Psicologia Aplicada da URI-Campus de Erechim: da concepção à construção. *Revista de Ciências Humanas* v. 9, n. 13, 2017 Disponível em: < <http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/view/377> >. Acesso em 10/04/2019

HERZBERG, E. (2005) Informatização de uma clínica-psicológica-escola: Considerações gerais e breve apresentação do programa. Disponibilizado pela autora em maio de 2005. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/47/tde-12032008-101133/pt-br.php> >. Acesso em 10/04/2019

LOUZADA, R. C. R. Caracterização da clientela atendida no Núcleo de Psicologia Aplicada da Universidade Federal do Espírito Santo. *Estud. psicol. (Natal)*, Natal , v. 8, n. 3, p. 451-457, Dec. 2003 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2003000300012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 04/05/ 2019.

MARAVIESKI, S.; SERRALTA, F. B. Características clínicas e sociodemográficas da clientela atendida em uma clínica-escola de psicologia. *Temas psicol.*, Ribeirão Preto , v. 19, n. 2, p. 481-490, dez. 2011 . Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2011000200011&lng=pt&nrm=iso> . acesso em 24/04/2019.

MARTINS, J.T. et al. Pesquisa epidemiológica da saúde do trabalhador: uma reflexão teórica. *Semina: Ciências Biológicas e da Saúde*, v. 35, n. 1, p. 163, 2014

Disponível em:< <http://dx.doi.org/10.5433/1679-0367.2014v35n1p163> >. acesso em 24/04/2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA / CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Relatório de diretrizes curriculares dos cursos de graduação em Psicologia. 20/2/2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/07202Psicologia.pdf>>. Acesso em: 20/04/2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA / CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Relatório de diretrizes curriculares dos cursos de graduação em Psicologia. 20/2/2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/07202Psicologia.pdf>. Acesso em: 20/04/2019.

MOREIRA, S. B. da S. Descrição de Algumas Variáveis em um Procedimento de Supervisão de Terapia Analítica do Comportamento. Psicologia Reflexão e Crítica, vol. 16, n. 1, pp.157-170, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/prc/v16n1/16807.pdf>> acesso em 19/04/2019

MOURA, C. B. Avaliação de uma Experiência com o Ensino de Habilidades Clínicas para Alunos do Primeiro Ano de Psicologia. Estudos de Psicologia, vol. 16, n. 1, pp. 17-34, 1999.

OLIVEIRA, V. (1999). Clínica-Escola: espaço de recriação. Em: Revista Symposium, número especial, julho, ano 3. Ed. NOVA FASE. Disponível em:< <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/2626/2626.PDF>>. Acesso em:13/09/2018

PERES; R.S; SANTOS, M.A & COELHO, H.M.B (2004) Perfil da clientela de um programa de pronto-atendimento psicológico a estudantes universitários. Em: Psicologia em Estudo, volume 9, número 01. Maringá – SC. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v9n1/v9n1a07.pdf> >acesso em 22/04/2019

ROTH, A. D.; PILLING, S. A competence framework for the supervision of psychological therapies, 2008. Disponível em <<http://www.ucl.ac.uk/CORE/>> Acesso em 07/04/2019.

Rubiano, M.R.B. (2005). Apresentando a Sociedade Brasileira de Psicologia. In: L. L. Melo-Silva, M. A. Santos & C. P. Simon (Orgs.), Formação em Psicologia: Serviços escolas em debate. (pp.31-54). São Paulo: Vetor.

SILVARES, Edwiges Ferreira de Mattos. Invertendo o caminho tradicional do atendimento psicológico em clínica-escola brasileira. Estud. psicol. (Natal) , Natal, v. 5, n. 1, p. 149-180, junho de 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2000000100008&lng=en&nrm=iso>. acesso em 18/03/2019.

VIOL, S. G. M.; FERRAZZA, D. A. Estudo Sobre um Serviço-Escola de Psicologia: do perfil da clientela às novas estratégias de atenção e cuidado. Fórum: Diálogos em Psicologia, ano II, n. 3. Ourinhos. 2015. Disponível em:

<<http://fio.edu.br/revistapsi/arquivos/ed3/05-%20Artigo3.pdf> > acesso em:
13/04/2019

WITTER, G.P., GONÇALVES, C.L.C., WITTER, C., YUKIMITSU, M.T.C.R & NAPOLITANO, J.R. (1992). Formação e Estágio Acadêmico em Psicologia no Brasil. Em: Conselho Federal de Psicologia (Ed.). Psicólogo Brasileiro - Construção de Novos Espaços. Campinas: Editora Átomo.